

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	3
<b>1 Considerações acerca do papel do município na construção do federalismo brasileiro</b> .....	9
1.1 Considerações gerais sobre formas de estado e federalismo.....	9
1.1.1 Estado unitário.....	10
1.1.2 Estado regional .....	12
1.1.3 Estado autonômico.....	13
1.1.4 Estado federal e modelos de federalismo .....	14
1.1.4.1 Federalismo por agregação e desagregação.....	18
1.1.4.2 Federalismo dual e cooperativo .....	18
1.1.4.3 Federalismo simétrico e assimétrico.....	22
1.1.4.4 Federalismo orgânico .....	23
1.1.4.5 Federalismo de integração.....	24
1.1.4.6 Federalismo de equilíbrio .....	24
1.2 Organização federativa no constitucionalismo brasileiro – o município no ordenamento jurídico.....	25
1.2.1 Município brasileiro: origens e evolução .....	28
1.2.1.1 Período colonial .....	29
1.2.1.2 Constituição de 1824 (Brasil Império).....	31
1.2.1.3 Constituição de 1891 (Brasil República).....	33

1.2.1.4 Constituição de 1934 (Segunda República).....	36
1.2.1.5 Constituição de 1937 (Estado Novo).....	40
1.2.1.6 Constituição de 1946.....	44
1.2.1.7 Constituição de 1967 e Emenda Constitucional de 1969 (Regime Militar) .....	46
1.2.1.8 Constituição de 1988.....	52
1.3 O município na divisão constitucional de competências .....	58
1.3.1 Divisão de competências na Constituição de 1988.....	58
1.3.2 Conceito de “interesse local” .....	60
1.3.3 Considerações preliminares sobre a repartição constitucional de receitas tributárias e de outra natureza, sob a perspectiva municipal .....	64
1.3.4 Breves considerações sobre a participação municipal do Sistema Único de Saúde .....	69
<b>2 Políticas públicas, direitos fundamentais e escassez de recursos .....</b>	<b>77</b>
2.1 Políticas públicas: conceito, ciclo e elementos .....	77
2.1.1 Considerações iniciais .....	77
2.1.2 Conceituação .....	79
2.1.3 O ciclo das políticas públicas.....	84
2.1.4 Elementos das políticas públicas.....	89
2.1.4.1 Orçamento público .....	89
2.1.4.2 Planejamento público.....	94
2.1.4.3 Discricionariedade administrativa .....	98
2.2 Direitos fundamentais e decisões alocativas .....	100
2.2.1 Evolução dos direitos fundamentais .....	100

2.2.2 A escassez dos bens e recursos públicos, as escolhas trágicas e as decisões alocativas.....	106
2.3 Os custos dos direitos e a repartição de competências no federalismo brasileiro .....	122
2.3.1 Análise da repartição de receitas entre os entes federados no Brasil.....	122
2.3.2 A delicada posição financeira dos municípios no federalismo brasileiro.....	128
<b>3 Escassez e saúde: uma análise do cenário federativo brasileiro .....</b>	<b>133</b>
3.1 Direito à saúde.....	133
3.1.1 A saúde como direito fundamental.....	133
3.1.2 O processo histórico do direito à saúde no Brasil.....	137
3.1.3 Direito à saúde na legislação brasileira.....	144
3.1.4 A crescente judicialização da saúde no Brasil: desafios políticos, jurídicos e financeiros.....	153
3.2 A posição do município no Sistema Único de Saúde: reflexões acerca da solidariedade no contexto no pacto federativo brasileiro .....	156
3.2.1 O novo entendimento do STF – instrumentalização eficaz da solidariedade em matéria de saúde.....	167
3.3 Outros desafios para efficientização dos serviços públicos de saúde .....	182
3.3.1 Regulação em saúde: desafios à governança do SUS.....	183
3.3.2 Incorporação de medicamentos ao SUS: a atuação da Conitec e sua influência sobre a gestão de saúde.....	189

3.3.3 A contribuição das audiências públicas como instrumento de diálogo para o aprimoramento das políticas públicas de saúde .....	195
3.3.4 Modelos alternativos de resolução de conflitos de saúde. O êxito da implementação das câmaras administrativas de resolução de litígios .....	201
3.4 O Direito à saúde em tempos de COVID-19 – a responsabilidade dos entes federados no enfrentamento da pandemia .....	204
<b>Conclusão</b> .....	209
<b>Referências</b> .....	215